

40

Discurso na cerimônia de assinatura do termo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e a Força Sindical para a educação e requalificação profissional do trabalhador

SÃO PAULO, SP, 13 DE MARÇO DE 1997

Senhor Ministro do Trabalho, Paulo Paiva; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhor Presidente Nacional da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros; Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho; Senhor Secretário de Estado das Relações de Trabalho, Walter Barelli; Senhor Vice-Presidente Nacional da Força Sindical, meu companheiro, Melquíades Araújo; Senhoras e Senhores; Trabalhadores e Trabalhadoras,

Devo dizer que é com emoção que me dirijo a vocês. Com emoção, depois de ter ouvido as palavras do Paulinho e do Medeiros. Eu mesmo não tinha percebido que há tanto tempo não havia uma relação direta de um Presidente da República com o movimento sindical.

Para mim, é familiar o contato com os sindicatos e com os trabalhadores. Eu mesmo não percebi que tinha mudado de condição e que quem entrava hoje, aqui, não era, simplesmente, alguém que sempre acompanhou a vida sindical no Brasil, mas era alguém que, pela força de vontade do povo brasileiro e de muitos de vocês, se tinha transformado em Presidente da República.

É verdade. Eu nem sei mais há quantas décadas – porque são décadas – que acompanho, nem sempre próximo, o que acontece no mundo do trabalho. Estava tentando rememorar, enquanto o Paulinho e o Medeiros falavam, quando teria sido a primeira vez, ou as primeiras vezes, em que participei de discussão com os trabalhadores, tendo sido eu, a vida toda, professor de universidade e, portanto, não trabalhador direto.

Eu me recordo de muitas reuniões num antigo salão chamado das “classes laboriosas”, que já não existe mais, mas os mais抗igos, aqui, hão de se recordar. Recordo-me de discussões infindáveis que tínhamos, então, em várias épocas – na época de democracia e depois, na época de ditadura, em várias épocas – sobre qual seria a melhor maneira de um entrosamento do movimento sindical com a vida brasileira, com a vida política, com a vida cultural e assim por diante.

Lembrou o Medeiros que, em certas ocasiões, pude participar ativamente na defesa de um direito sagrado, que é o da greve. É verdade. Talvez muitos dos que hoje estão em São Bernardo tenham se esquecido daquelas épocas, quando era muito difícil fazer qualquer coisa e quando não era só com palavras que as autoridades recebiam os trabalhadores, era com bombas e gás lacrimogêneo, com correria, com cassetetes. E corri muitas vezes, ao lado de Teotônio Vilela, ao lado de muitos outros companheiros, porque estávamos lá, como disse o Medeiros, não necessariamente para estar de acordo com cada reivindicação, mas por estarmos de acordo com o direito do trabalhador de se defender, com o direito da organização sindical e com a imperiosa necessidade da garantia da liberdade.

Recordo-me, tantas vezes, em São Bernardo, em Santo André, na época mais difícil, quando os helicópteros que andavam por lá não eram como os que andam hoje comigo, que são de paz, mas eram helicópteros que assustavam, realmente, quantas vezes foi preciso dar um testemunho da presença, para que a palavra democracia não fosse apenas retórica. E hoje, quando alguns gritam, quando eu passo, palavras que não são propriamente amáveis, eu sorrio. Eu sorrio é deles, porque não se lembram mais – ainda bem! – do que é, realmente, uma ditadura. Não sabem o quanto custou conquistar a liberdade. E essa

liberdade, como qualquer liberdade, não pode ser qualificada para uns sim e para outros não, é para todos.

Hoje, nós gozamos a liberdade. Hoje, nós podemos estar aqui, face a face. E se eu estou cercado por alguém, é por fotógrafos e repórteres por alguns poucos ajudantes diretos meus. Porque não há mais o temor, nem por parte dos que estão exercendo o poder, nem por parte dos cidadãos, de que possa acontecer alguma outra coisa que não seja uma discussão franca. Discussão em que, naturalmente, cada um tem seu ponto de vista e em que, exatamente por respeito à democracia, não se há de querer unanimidade, mas, sim, há de se querer o respeito à posição do outro.

E isso é fundamental. Para poder discordar e avançar, é preciso ter a dignidade de respeitar a posição alheia. Eu respeito a posição de todos. Eu respeito até mesmo a posição daqueles que me desrespeitam, porque sei entender que aqueles que, às vezes, desrespeitam, não têm condições de consciência para verificar que, ao desrespeitar aquele que simboliza o País, estão se desrespeitando a eles próprios, porque estão tentando minar aquilo que não será minado, que é a continuidade da democracia.

O Brasil, hoje, vive uma outra etapa. Vive uma etapa em que as dificuldades existem e são muitas. Mas uma etapa que nós sabemos que, para superá-la, precisamos buscar pontos de convergência, sem que esses pontos de convergência signifiquem que tudo está aplaudido e sem que haja manipulação de uns pelos outros, mas, sim, que haja – isso sim – a compreensão de que, de boa-fé, é preciso buscar os caminhos que levem a melhorar aquilo que conta. E o que conta não é a demagogia, não é a retórica. O que conta é a vida de cada um, cotidiana, é ter emprego, ter educação, ter saúde, ter a possibilidade de ter um futuro para o filho. E só se consegue isso se nós tivermos mais investimento, mais condição de trabalho, mais negociação nas fábricas, mais respeito ao direito de cada cidadão e ao dos trabalhadores.

Essa é a nossa natural compreensão das coisas. Quantas vezes, muitos dos que aqui estão estiveram comigo, como Professor, como Senador depois, como Ministro da Fazenda – das Relações Exteriores um

pouco menos –, mas como Ministro da Fazenda e, agora, como Presidente da República. E aqui são testemunhas, vários dos senhores, de que, alertado para certos problemas, eu faço o que posso, para dar condições de dignidade nas negociações do trabalhador.

Aqui, muitos sabem que, às vezes contrariando opiniões que são de peso, dentro do próprio Governo, eu percebo que é preciso – apesar de que, talvez, na racionalidade mais abstrata, fosse certo o que o Governo encaminhou – ceder, para que o trabalhador se sinta partícipe da decisão e não se sinta, apenas, alguém que vai ser objeto de uma decisão que, a longo prazo, pode beneficiá-lo, mas que ele não percebe, naquele momento, o caminho que está sendo trilhado. E, quando percebo isso, peço que voltem atrás.

Faço isso não para agradar, mas porque é correto, porque nós vivemos num momento muito rico da nossa História, em que nós temos que aprender uns com os outros, até mesmo errando, mas aprender aquilo que se deve acrescentar ao que disse, que já foi mencionado aqui: aprender que, diante das dificuldades, temos que buscar convergência, e há momentos em que a solidariedade se impõe. Mesmo quando essa solidariedade passe por cima, ou requeira que se passe por cima, de certos requisitos que são, às vezes, tecnicamente, os mais adequados.

E não o faço, repito, por demagogia, mas por saber que, se não houver o consentimento da maioria da população, nada vai avançar. Nós queremos reforma, sim. E, nesse ponto, tudo o que foi dito aqui eu subscrevo. Tudo. Não há uma observação de crítica, nem sequer no que diz respeito à negociação, que é necessária, na flexibilização da jornada de trabalho. Há condição de que seja negociação? Que se diminua a jornada de trabalho. Há condição de que isso derive de um entendimento? Nós apoiamos a lei que foi pedida aqui, para que o Presidente e o Governo apóiem no Senado, a lei é nossa, foi feita pelo Governo, com o apoio da Força Sindical e de muitos sindicatos que não pertencem à Força, porque aqui, também, não há que ter monopólio de nada.

Com o apoio de muitos sindicatos, nós mandamos para o Congresso uma mensagem, que foi inspirada por posições tomadas pelo Paulinho, aqui. E nós negociamos no Congresso. E ela está lá, e o Governo vai,

sim, pedir que o Senado vote, e vote com urgência, porque nós estamos assistindo, no Brasil, a um processo para o qual precisamos chamar a atenção de todos. É só comparar o nível de desemprego na Europa com o nível de desemprego nos Estados Unidos.

Hoje mesmo, pela manhã, o Presidente Chirac dizia que, na França, o desemprego está entre 12% e 13% da população economicamente ativa. Altíssimo. Nos Estados Unidos, essa taxa é mais baixa. Lá há a flexibilização do mercado de trabalho. Aqui, há uma perversão de tudo isso, porque o que existe é que, como o mercado de trabalho é rígido, as pessoas saem dele e vão para a informalidade. E informalidade é o nome de não pagar imposto e de tratar mal o trabalhador.

Nós precisamos recuperar, para um trabalho organizado, aqueles que hoje estão na informalidade. E recuperar não é, pura e simplesmente, negar direitos. Não. É discutir formas, transitórias que sejam, pelas quais aqueles que, sem essas formas, ficariam à margem, passem a ter uma participação efetiva no processo organizado de trabalho. Também as instituições que vão cuidar do trabalhador, como a própria Previdência Social, terão as suas contribuições, que não serão afetadas negativamente por essa chamada “marginalidade da força de trabalho”, “informalidade da força de trabalho”, que é uma falsa informalidade, que é uma maneira, simplesmente, de adaptação àquela dificuldade trazida pela renovação do modo de produzir, graças à automação, que é crescente no mundo todo.

Essa questão não pode ser discutida no isolamento dos gabinetes. Eu próprio, como Senador, tenho várias propostas nessa direção. E hoje, como Presidente, acho que nós devemos discuti-las. E o nosso Ministro Paulo Paiva, que tem sido exemplar na busca de caminhos de compreensão das relações entre o trabalho e o capital, tem proposto, e tenho certeza de que, com a ajuda dos sindicatos, nós vamos acabar com o injusto imposto sindical, como nós vamos acabar com as aposentadorias injustas, para que aqueles que precisam melhorar a sua aposentadoria tenham condições para alcançar essa melhoria.

Hoje, ninguém engana o trabalhador. Quando alguns se arrogam ou se arvoram defensores do trabalhador, mas estão apenas defendendo

privilégios, se iludem. Porque o trabalhador, esse não se aposenta aos 40 anos, não. Ele se aposenta já quase alquebrado. E não se aposenta ganhando 15 ou 20 salários por mês, não. Ele se aposenta, em geral, beirando o mínimo, o que é muito pouco para um brasileiro.

E nós não podemos resolver uma questão sem resolver a outra, porque a Previdência quebraria, se nós tentássemos aumentar indiscriminadamente. Ela não tem recursos para isso. Mas não basta dizer que não tem recursos, é preciso ter a coragem de fazer as propostas, para que ela possa, amanhã, ter esses recursos.

Eu faço, mais uma vez, um apelo ao Senado, como tenho feito quase todas as semanas, para que vote logo as reformas da Previdência. Mas vote quebrando privilégios, isso sim. Sem temer quebrá-los e criando mecanismos que assegurem, para a maioria, a cobertura necessária, mas que não impeçam, como disse o Medeiros, a formação de fundos, que são fundos que vão beneficiar o conjunto da população e o desenvolvimento econômico do Brasil.

E lá, no Senado, também está um projeto nosso, que cria o Fundo Individualizado de Capitalização para complementar a Previdência. Não para acabar com ela, é para complementá-la. E são meses que se passam. E nós esperamos, esperamos, esperamos, com uma paciência imensa. Quase digo, como Cícero: "Até que ponto? Até quando?" Não é a minha paciência, que fui treinado para tê-la, mas a paciência daqueles milhões que precisam melhorar de vida e que, às vezes, nem sabem que a melhoria de vida deles depende da coragem de alguns, de deixar de ser demagogos e fazer as reformas de que o Brasil necessita. Vamos, sim, fazer as reformas.

Companheiras, companheiros, eu dizia que tantas vezes estive em contato direto com o movimento dos trabalhadores. Aqui mesmo, neste prédio, ainda em construção, com o Deputado Luiz Henrique, há alguns anos. Depois o meu partido fez a sua convenção aqui, neste edifício. Quantas vezes estivemos.

Pois bem, isso não basta. Não basta estar eu aqui, agora, simbolicamente. É preciso estabelecer contato permanente. E, para isso, é preciso ter a disposição do diálogo. O Governo tem a disposição do diálogo

para com todas as centrais sindicais, todas. E as que me convidarem, com correção – correção não quer dizer para estarem de acordo, mas não pode ser também para, pura e simplesmente, criarem um alçapão para que a autoridade do Presidente da República seja alcançada –, se for de boa-fé, se for para trazer pontos de vista, se for para discutir, como já discuti com tantas centrais, todas, na verdade, em vários momentos, encontrarão sempre em mim uma porta aberta. Uma porta aberta para a negociação, pensando no interesse coletivo.

E quero lhes dizer também que o esforço que está sendo feito aqui, através dos recursos do FAT, através dos vários programas do Ministério do Trabalho, que não se esgotam naqueles que estão inscritos e que se estão espalhando pelo Brasil todo, muitas vezes sem o conhecimento da sociedade, e em estreita colaboração com a Secretaria de Estado, como é testemunha o Secretário Barelli, com os governos dos estados, com os sindicatos, esse esforço de retreinamento é fundamental.

No mundo do futuro, analfabeto será quem não souber lidar com o computador. Nós vamos ter que mudar o acesso, ampliar o acesso às novas formas de pensar. E isso requer um esforço convergente do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Reforma Agrária, dos sindicatos, da sociedade civil. O que vi, aqui em cima, há pouco, nas poucas salas de aula que pude visitar, o que sei pelos números que me dão, é que existe um momento de requalificação da mão-de-obra. No futuro, não terá emprego quem não for capaz de ter uma educação básica bem feita. Eventualmente, até mais que isso: um curso secundário, de 2º grau bem feito e, sobretudo, a capacidade de absorver as técnicas modernas. Esse é um desafio para o mundo todo.

Muitos dos Senhores conhecem a história do movimento dos trabalhadores, mundialmente falando. Muitos dos Senhores sabem que, em certos momentos, na Europa, quando as máquinas foram introduzidas, houve trabalhadores que quebraram as máquinas. Custou muito para que o movimento sindical percebesse que não era por aí. Agora, esse risco não existe. O movimento sindical quer máquinas, mas ele quer, também, dignidade. Ele quer, também, que aquele que a máquina expulsa seja retreinado para encontrar outro tipo de trabalho. Quer, tam-

bém, que, quando seja necessário, que se flexibilize a jornada de trabalho para dar mais emprego a todos. E quer que os frutos do aumento da produtividade não sejam concentrados nas mãos de poucos.

Isso é democracia contemporânea. Essa democracia requer – e termino dizendo isso – convergência, requer capacidade de analisar, requer negociação, requer boa-fé, requer respeito e só não aceita uma coisa: que nós fiquemos indiferentes diante das dificuldades.

Como Presidente da República, quero dizer aos Senhores e às Senhoras que não sou indiferente e que contarão sempre comigo todas as vezes em que for possível e necessário, para que nós possamos encontrar meios e modos de dar dignidade ao trabalhador brasileiro, ao cidadão brasileiro, à cidadã brasileira e maior respaldo àqueles que, organizadamente, com boa-fé, levam adiante as grandes transformações de nosso país.